A DOUTRINAÇÃO DA JUVENTUDE PARA CRIAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL NACIONAL NA IDEOLOGIA FASCISTA

Wilson Ribeiro Lins (UTAD) Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD)

ABSTRACT

The present work aims to expose the Italian origin of fascism and its ramifications in Brazil, Spain and Portugal, emphasizing the formation of young people as ideological warriors. Its content addresses the role of traditions, the revitalization of the family and the omnipresence of God in the building of an ultra-nationalist conservative moralistic society. It also demonstrates the importance of using symbols focused on awakening perceptions favorable to the system, maximally, on the origin of the cult of the person of the Messianic leader and on his belief in leading the nation to a promising future.

Keywords: Populism; Cultural Identity; National Identity; Fascist Ideology; Doctrine.

RESUMO

O presente trabalho objetiva expor a origem italiana do fascismo e suas ramificações no Brasil, Espanha e Portugal, dando ênfase à formação de jovens como guerreiros ideológicos. Em seu conteúdo são abordados o papel das tradições, o revitalizar da família e a onipresença de Deus à edificação de uma sociedade moralista conservadora ultranacionalista. De igual modo demonstra a importância do uso de símbolos focados no despertar de percepções favoráveis ao sistema, máxime, no originar do culto à pessoa do líder messiânico e na crença deste em conduzir a nação a um futuro promissor.

Palavras-chave: Populismo, Identidade Cultural; Identidade Nacional; Ideologia Fascista; Doutrinação.

Introdução

Este artigo se propõe analisar a ideologia fascista na materialização de seus ideais de nação ligados à identidade de origem, costumes, religião e pátria como território de nascimento. Tais vertentes, unificadas por metáforas de superioridade oriundas de um passado glorioso, têm a devida competência a alavancar uma realidade presente a um futuro próspero, notadamente, quando amparada na família católica. Por Deus, pela Pátria e pela Família, transforma-se em máxima a incorporar o lema da doutrinação, provocando o fervor coletivo.

O estudo, efetivado via pesquisa qualitativa, busca âncora nas obras de Jason Stanley, *Como Funciona o Fascismo* (2018); Robert Paxton, *Anatomía del fascismo* (2019); Lúcia Oliveira, Mônica Pimenta Veloso & Ângela Gomes, *Estado Novo: ideologia e poder* (1982); Eduardo Said: *Cultura e Imperialismo* (2017). Como fonte adicional, foram consultados os artigos de Sérgio Gomes, "As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista" (2007); Manuel Patrício, "A Identidade Nacional num Mundo Intercultural. Portugal: percursos de interculturalidade" (2008); José Horta, "A educação na Itália fascista -1922-1945" (2009); Jesús Rodriguez, "El Franquismo" (2005); Andrea Giardina, "Mito fascista da romanidade" (2008).

Na descrição inicial é demonstrada a situação socioeconômica e política pós primeira guerra mundial e suas repercussões nos conceitos de nacionalismo. Nesta, os antagonismos de esquerda revolucionária e direita conservadora fundamentam os regionalismos e ardor ao civilismo, originando ao surgimento da Liga das Nações e seu fracasso como entidade a preservar a paz e respeito a alteridade.

Em seguida, são abordados os conceitos de identidade nacional e identidade cultural, bem como o papel destes na construção de uma personalidade coletiva exclusiva.

Uma terceira etapa abrange a questão do populismo, evidenciando a força da liderança carismática na configuração de um ícone a encarnar a figura paterna, guia do povo. Nesta, a origem do fascismo é descrita com demonstrações das variáveis causais ao surgimento da ideologia e os conteúdos doutrinários fundamentais, bem como suas implicações no cotidiano social, principalmente, na criação de um novo homem.

Um tópico é dedicado a análise do modus operandi comum ao fascismo

italiano, Estado Novo brasileiro, Estado Novo português e franquismo, em especial, no compartilhar de modelos de estruturação de uma sociedade moralista, tendo Deus, a família e a presença de um estado forte para garantir estabilidade às instituições, bem como as tratativas em reconstruir junto a juventude uma identidade cultural e nacional reguladora das interações sociais, capacitada a originar um cidadão diferenciado.

Nas considerações finais são apresentadas ilações referentes a eficiência e eficácia da doutrinação ideológica fascista, em especial, na clara intenção de modificar identidades culturais de âmbito nacional.

1. A sociedade emergente pós-primeira guerra mundial

De acordo com Leonardo Couto (2012: 6-7), a democracia liberal se institui na medida em que o governo emana do povo, pois este constitui a vontade soberana, sendo protagonista na determinação de políticas de interesse público. Como o povo exerce o papel de governante, nenhuma instituição pode sobrepujar decisões via voto da maioria e a tarefa política consiste na obtenção do aval majoritário às proposições por parte dos agentes legalmente investidos. Assim, é válido se afirmar que o conceito de democracia, dentro da ótica liberal encontra âncora em decisões provenientes de representantes escolhidos pelo voto.

Edward Hallett Carr (2001: 39-53) afirma constituir utopia a visão da democracia liberalizante imposta de modo padronizado a diferentes, como representação ideal de civilização adulta, fincada na razão. Ideias provindas de intelectuais como subprodutos abstratos originados em mentes teóricas e sujeito a subjetividades tendem ao fracasso como assim foi a Liga das Nações. A harmonia em sociedade provém da prática de normas reguladoras do exercício da cidadania, padronizadas e coletivizadas em prol do bem estar comum. Porém, este ordenamento social somente é factível a agrupamentos humanos em conjunção de valores e identidade cultural. A Liga das Nações foi produto da crença na consciência crítica de um povo, basilar às decisões de caráter coletivo a pressionar os agentes políticos nas dimensões internas e externas a uma nação, sendo a paz derivada da cobrança popular à manutenção da estabilidade nas relações entre países. Sua debilidade ficou comprovada na polarização e rejeição encontrada na opinião pública ao sentido de homogeneização política e militar (Carr 2001: 39-53).

A ineficácia da Liga das Nações, as pesadas sanções impostas à Alemanha, o desarmamento arbitrário, a ascensão dos bolcheviques na Rússia e o caos

econômico aceleraram as disparidades entre as nações e o medo de um novo conflito fez emergir com força total uma conjuntura propícia ao surgimento do estado moderno profetizado por Thomas Hobbes já no século XVII:

Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros (Hobbes 2015: 61).

Ainda em Carr (2001: 71), em interesses comungados à construção e manutenção da paz, todos a infringirem tal condição por atividades beligerante são desprovidos da razão. Entretanto, essa não era ideia consensual, pois, historicamente, muitas nações obtiveram *benesses* com conquistas militares. Contudo, uma década e meia após a primeira grande guerra, as potências colocavam tal proposta como verdade a ser efetivada nas políticas internas e externas. A Itália se sobressai pela postura antagônica a tal ideologia.

A conformidade de anseios e valores entre países é ilusão diante do pragmatismo na prática das relações internacionais, pois a multivariedade de identidades culturais e etnias encarna a diversidade como inerente a vida em sociedade, constituindo quimera o emprego de programas unificadores da ordem mundial. Alicerces edificados em argila porosa não constituem base a sólidas construções, em especial, quando estas provêm do abstrato teórico.

2. A questão da identidade nacional

Conforme Sérgio Alexandre R. Gomes (2007: 192-194), durante o interregno a compreender o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, o ufanismo ligado as questões nacionalistas assume vulto de extraordinária expressão via instabilidades políticas e sociais vividas pelos europeus. Neste pano de fundo o socialismo com a consciência do proletariado na conquista de tratativas isonômicas, pelo menos na teoria, das demandas da sociedade em suas diferentes classes emerge como resposta ao capitalismo burguês pósrevolução industrial. Este antagonismo originou polarização ideológica entre a esquerda revolucionária e direita ultraconservadora a lutarem pela hegemonia e poder através da retórica e o populismo como opção à conquista das massas.

A Europa, espaço geo-político-histórico de multidiversidade étnica, viu o surgimento de movimentos de cunho patriótico embasados em identidades nacionais distintas. Neste fervor os discursos de Benito Mussolini alavancavam a soberania, cultura, antecedentes históricos gloriosos como artífices do Estado-Nação:

Nós vemos em Roma a preparação do futuro. Roma é o nosso mito. Sonhamos com uma Itália romana, ou seja, sábia, forte, disciplinada e imperial. Grande parte do espírito imortal de Roma renasce com o fascismo: romano é o fascio, romana a nossa organização de combate (Gomes 2006: 194)

Manuel Patrício (2008: 426) sinonimiza identidade cultural como o somatório de culturas e subculturas bem definidas e aplicadas a agrupamentos humanos específicos. Na dinâmica social, culturas são mescladas nas interrelações, provocando perene reformular de valores nas influências em via dupla. Neste contexto mutante é possível encontrar inúmeras identidades culturais de bases distintas a conviverem em mutualidade de interesses.

Na *persona* singularizada, há uma concepção de alguém sobre si mesmo, ou seja, um sujeito individualizado. Na ótica coletivizada, o *homo socialis* com atuação gregária, é passível de alterações emocionais fruto de indagações sobre o que é, em cada grupo social. Uma sociedade, como organismo vivo, tem similar comportamento, fragmentando a unicidade cultural pela presença da dicotomia identidade - alteridade. No entanto, a noção do civismo, aliada a imagem da nação como ícone aglutinador, prevalece diante do interesse individual tornando viva a ligação efetivada por laços culturais históricos, etnia e linguística.

Identidades nacionais se fundamentam na cultura e em memórias de um passado formatador de raízes simbólicas a provocarem o imaginário no sentido de dotar as pessoas uma peculiaridade distinta de personalização. Na fusão da identidade cultural e identidade nacional ocorre a potencialização da sensibilidade coletiva, originando a ideia do todo organizado no propósito de originar referências às existências individuais.

3. O populismo como agente de integração política ideológica

Populismo pode ser definido como o exercício da atuação política arraigado na busca de respostas populacionais através da competência de determinados atores à exteriorização de uma imagem construída e fortalecida

sob a prática da retórica. Nesta, a comunicação externalizada com ênfase na argumentação e persuasão, coadjuvada pela impostação e tonalidade de voz, posturas e poses minuciosamente estudadas, tem o propósito de conquistar simpatia e subsequente arregimentação popular.

Gonçalo Marcelo (2018: 77) esclarece que o populismo tem sua visão estrutural centrada na ideia de povo como entidade viva a expressar sua vontade e, quando reivindicações são unificadas por um expressivo agrupamento humano, se tornam matéria prima às transformações sociais e caráter amplo. Vislumbra a ordem social como resultado da congregação de sentimentos apreendidos na massa e devolvidos pela habilidade do discurso eloquente. Já Ricardo Souza (2004: 238-241) destaca que populismo é um sistema político centrado no carisma de um líder junto a população onde o vínculo sentimental verificado entre quem ocupa o cargo de liderança e o povo atinge extraordinário nível emocional.

Conforme Souza (2004: 238-241), "o líder populista não é apenas um ditador que utiliza a força para chegar ao poder e eliminar os adversários. Ele desconfia do povo, mas necessita dele para chegar ao poder e nele manterse; daí o permanente processo de manipulação que estaria no cerne do populismo". Atua dentro de uma lógica a dispensar a atuação dos partidos políticos ou reduzindo o poder destes. Um variado quadro partidário pode vir a existir, mas constituído de aliados, a fortalecerem a ideologia quando é necessária à manutenção da influência e poder.

Em um regime populista é notória nos discursos demagógicos de caráter agregador e no uso da simpatia e empatia a proposta de fazer o povo se sentir como ator relevante, protegido diante das adversidades, tendo seus interesses como alvo das realizações governamentais. Também há a transformação de um líder carismático em ícone, pois a liderança, outrora inatingível para muitos, circula entre multidões, aperta mãos, abraça estranhos e usa vestuário que todos podem comprar. A hipocrisia dissimulada em um sorriso cativante e olhar de concentrada atenção ao que está sendo dito, originam a "figura do povo", na qual a distância entre o governante e o cidadão é reduzida.

A imagem iconográfica do líder, disseminada sistematicamente pelos mais variados meios de comunicação, tem na máquina da propaganda o instrumento perfeito à difusão de uma personalidade messiânica, induzindo a população a nutrir uma verdadeira idolatria à pessoa deste. Na hipótese de quaisquer manifestações direcionadas a denegrir o "protetor do povo", artífice da felicidade coletivizada, de imediato, ocorre veemente rejeição. O populismo transforma o homem em mito.

4. Origem histórica do fascismo

Segundo Robert Paxton (2019: 16-19), o termo fascismo se origina no *fascio* italiano, traduzido *ipsis litteris* como feixe e relacionado aos *fasces lictoris*, símbolo de origem etrusca, a significar poder e autoridade, conduzido por um servidor público diante de magistrados, a representar a união do povo em torno da justiça do Estado.

No final de 1914, um movimento de esquerda, autodenominado *Fascio Rivoluzionario d'Azione Interventista*, busca na palavra *fascio* a energia inspiradora a exaltar o entusiasmo e expressiva adesão à causa. Entre seus filiados se encontra Benito Mussolini que, no identificar da receptividade ao nome, no término do conflito, cria o neologismo *Fascismo* (Paxton 2019: 16-19).

Segundo Mariângela Silva (2008: 2-5), em uma sociedade fortemente influenciada por representações, a imagem é ímpar à influência, alcance de credibilidade e oportunização ao exercício da liderança. Ao mesmo tempo, na proposta de gerar consistência, convergência para si e, ao mesmo tempo, provocar percepções, os símbolos têm extraordinária atuação no individual e coletivo, no originar de múltiplas interpretações pelas execuções ritualísticas litúrgicas. Ritos efetivados através de cerimônias canônicas edificam e consolidam manifestações inconscientes essenciais à prática ideológica. Na introdução do original em identidades culturais, assaz se faz necessário plena compreensão dos valores e seus significados e, deste modo, encontrar alternativas ao remodelar de concepções coletivas. A comunicação se torna persuasiva quando opera através de discursos formatados onde palavras, gestos, posturas e poses dão expressão simbólica ao que se deseja veicular.

O fascínio exercido pela representatividade de conceitos atrelados à imagem traz a ideia de que as pessoas são o que os outros veem nelas e não o que realmente são. Com base neste axioma, homens públicos arquitetam formas artificiais de posturas e poses, vestuários centrados em costumes locais, além de discursos conectados com anseios populares.

Andrea Giardina (2008: 2-3) afirma que a visão nacionalista e particularizadora do movimento fascista buscava amparo nos rituais e simbologias provenientes do período glorioso da Roma antiga. Assim, o *fascio littorio*, saudação com o braço elevado e a mão estendida para o alto, coadjuvado por um passo cadenciado durante a marcha dos membros, originava patriotismo e despertava a necessidade do pertencer.

O culto ao todo organizado traduz o caráter abrangente do movimento fascista, notadamente, na acepção empregada ao termo nação italiana. Não se trata unicamente da restauração de tempos heroicos onde Roma foi senhora incontestável do mundo, mas sim de uma metáfora suficientemente forte à conquista de adeptos a algo grandioso.

5. Paralelismo entre o fascismo italiano, estado novo brasileiro, estado novo português e franquismo

5.1. Estado Novo português

Atesta Márcia Grilo (2011:193-194) que o Estado Novo português emergiu de Salazar como uma resposta política ante instabilidades provenientes da ditadura militar de 1926, como golpe de misericórdia ao caos político e econômico da I República de 1910 e a catastrófica atuação do país na primeira grande guerra. A inconstância derivada do regime parlamentar subsidia a necessidade de um governo estável, com autoridade e fortaleza suficientes à solução dos problemas nacionais. Como naturalmente ocorre em situações idênticas, a ditadura vem à tona como sistema mais eficiente e eficaz. O ambiente ideológico vigente durante a ditadura militar mostrava diversidade de interesses onde republicanos e militares conservadores, monárquicos constitucionais e integralistas, Igreja, grupos direitistas radicais e fascistas competiam entre si.

Quando António Oliveira Salazar assume o Ministério das Finanças implementa severa política de controle financeiro, instaurando estabilidade econômica no país, elevando sua influência política e seus apoiadores, na busca da conjunção de forças com integrantes da direita católica, integralistas e conservadores, iniciam uma postura de rejeição ao pensamento republicano a tramar o retorno do regime parlamentar (Grilo 2011: 194).

O pragmatismo salazarista proporcionou a cooptação de grupos ideologicamente adversos dentro do projeto Estado Novo. No programa, a unidade nacional, fundamentada no caráter doutrinário, traça o redesenho da história da nação portuguesa, vinculado no evidenciar do passado a refletir a ótica integralista. Memórias de tempos gloriosos deixam evidente uma solução de continuidade pela interferência do idealismo liberalizante, então, a rica identidade cultural de um povo de grandeza ultramar se torna pedra fundamental ao renascimento nacional, máxime, na recusa a influências externas e na visão da família, como *cellula mater* da sociedade

e conduta moral alicerçada no cristianismo e catolicismo.

Esse ressurgir do Portugal ultramarino, forte e delineador do mapa mundial através das grandes navegações, carecia de ser visualizado no presente. Para tanto, o poder pátrio seria o catalisador da ressureição da glória do passado e, com ela, a restauração do nacionalismo essencial ao bem comum (Grilo 2011: 195-196).

5.2. Estado Novo brasileiro

Oliveira, Velloso e Gomes (1982: 7-46) advertem que, nos anos 30, o Brasil acompanhava os acontecimentos mundiais responsáveis por profundas transformações socioeconômicas e na própria geografia do planeta. Em um mundo efervescente, o Estado Novo brasileiro surge como ação contraditória à democracia liberal, com forte ligação com o fascismo europeu. A revolução integralista de 1930 já demonstrava a insatisfação diante da anarquia vinda da experiência liberal da velha república e redução do nacionalismo pela perda das tradições. Era preciso renascer a identidade cultural nacional para recolocar o Brasil nos trilhos.

Polarizados em suas essências, nacionalismo e autoritarismo são pedras fundamentais à criação e manutenção de uma soberania na qual o estado moralizante, detentor do poder político e econômico, personifica o ideal de justiça, de democracia. Com natureza centralizadora, o Estado Novo promove a apoteose do poder estatal como alternativa singular a garantia dos sentimentos de âmbito nacional. Com um conjunto de princípios norteadores do comportamento coletivo, mantém fortes semelhanças com o fascismo (Oliveira *et al.* 1982: 7-46).

Em uma situação de identidade forte, cívica e nacionalista, se faz obrigatório a defesa das memórias culturais. Para tanto, a intelectualidade representa o elo entre a realidade social e a noção simbólica do que é ser brasileiro, interpretando o passado sob a ótica da relevância da tradição à edificação de uma sociedade. Neste sentido, o Estado Novo deixa evidenciado a questão contextualizada das aspirações populares como básico a sua estrutura social, econômica e política, trazendo à tona a pessoa de Getúlio Vargas como praticante do populismo, em permanente contato com as massas, sem a presença de intermediários, ouvindo reivindicações através de uma abordagem franca e direta de exercício da autoridade em contraste com a prática purista do fascismo italiano (Oliveira *et al.* 1982: 7-46).

A circunstância mencionada é suficiente à compreensão do mito sobre

o ditador, notadamente quando lhe recai sobre os ombros a figura do "pai dos pobres, condição a se perpetuar no cotidiano da política brasileira até à atualidade.

5.3. Franquismo

Assinala Manel Risques Corbella (2015: 2) que o franquismo buscou sua origem ideológica no fascismo por compartilhar ideais de antiliberalismo democrático, rejeição ao socialismo, instituição de um regime monopartidário focado nas organizações populares e a presença de um líder a atuar como símbolo máximo como Caudilho e Duce, complementado por uma elevação de uma consciência nacionalista fincada no imperialismo e estado forte, tendo sob sua responsabilidade a unidade social.

Gabriela de Lima Grecco (2016: 3) alerta para a compreensão do momento histórico no qual a direita radical assume o poder na Espanha, especialmente, no descrédito da democracia. Na busca de uma ideologia forte o suficiente para seduzir e atrair as massas, a retórica se torna arma vital e o fascismo, com sua conceituação de estado, emerge como sistema mais adequado. Neste sentido, é natural o surgimento do partido único denominado de *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*, com valores fincados na sociedade organizada, cultura e corporativismo.

Jesús Sanchéz Rodriguez (2005: 2-3) argumenta que o projeto político a servir de sustentáculo à *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*, além do propósito de recuperar a grandeza histórica nacional atrelada ao período dos reis católicos e das grandes navegações dos séculos XV/XVI, tencionava evidenciar o nacionalismo imperialista e o papel do catolicismo como agente de unificação. Em complemento, se faz obrigatória a presença da disciplina hierarquizada e a ação militar como elemento de integração e ordenação da sociedade.

O programa elaborado pelo partido único priorizava uma Espanha com singularização do pensamento a priorizar o interesse coletivo diante de minorias, reconstrução da nação sob a alçada do catolicismo, no entanto, sem a interferência da Igreja no estado, instituição do sistema unipartidário com a presença autoritária e totalitária de um estado sindicalista no comando das coisas públicas, rejeição aos excessos do capitalismo e marxismo, originar uma sociedade corporativista imposta via poderio militar e inexistência de pactos com agremiações diversa (Rodriguez 2005: 2-3).

A ótica corporativa estatal prevê uma sociedade fragmentada em classes

sociais, porém, há a obrigatoriedade em se eliminar o conflito de interesses oriundos da diversidade na busca de se atingir uma simetria de anseios, essenciais ao bem estar coletivizado (Rodriguez 2005: 2-3).

Evocar o passado magnificente constitui prática comum em movimentos direcionados a utilização da identidade cultural de um povo como componente catalisador de esforços coletivizados preestabelecidos. É preciso calar a voz da oposição, fechar os olhos e tapar ouvidos a manifestações amparadas no regime democrático de direito. A voz emanada das massas quer um guia a indicar o caminho correto a ser seguido. Diferenças devem ser usadas no fortalecimento de um todo organizado de forma a manter a maior harmonia possível. O sentimento patriótico é amalgama à uma sociedade justa.

A identidade cultural nacional estabelece paradigmas a uma personalidade particularizadora, ensejando o surgimento do conceito de povo, personalizado em anos de evolução das relações efetuadas entre semelhantes, pela qual, no intercâmbio de valores e conceitos, ocorram transmissões e absorções de influências. De igual modo, se torna evidente que tais interações sociais nem sempre são amistosas, com conflitos cujas feridas demoram a cicatrizar. Entretanto, intelectuais e demais teóricos das relações sociais atuam, *pari passu*, as querelas no intuito de reduzir os instantes de instabilidade provenientes da discórdia.

6. A questão da identidade cultural na prática fascista

Alerta Eduardo Said (2017: 23-36) ser imprescindível a noção de que tempos idos, de fato, se encontram sepultados nas memórias ou se ainda provocam influências sobre questões imediatas e futuras. Antecedentes verificados na construção do conceito de sociedade têm demonstrado que identidades culturais nacionalmente instituídas auxiliam à origem e preservação do civilismo, matéria prima do sentido de pátria como mãe.

Mudar, assim como navegar, é preciso. Todavia, a sociedade, como organismo vivo evolucionário, se altera no objetivo de assegurar assimilação de valores com redução de objeções. Porém, propostas revolucionárias exigem adaptação de feição imediatista, não possibilitando reações, mas sim aceitação.

Benito Mussolini retrata a grandeza da nação na força presente do *esprit de corps* estabelecido em função da noção do guerreiro impávido a enfrentar agruras na busca dos louros da vitória. O mito gera a fé inabalável a

impulsionar os seres humanos a grandes feitos; assim, "É melhor viver um dia como um leão do que uma centena de anos como uma ovelha" (Mussolini 1933: 3). Ainda Mussolini:

O mito é fé, é paixão; não é necessário que seja uma realidade. É realidade pelo fato de ser incentivo, esperança, fé e coragem. O nosso mito é a Nação, nosso mito é a grandeza da nação! E a este mito, a esta grandeza, que queremos traduzir numa realidade completa, nós subordinamos todo o resto! Para nós a Nação é sobretudo espírito e não somente território. Uma Nação é grande quando traduz na realidade a força do seu espírito (Mussolini 1933: 29).

Segundo Jason Stanley (2018:12), a alteridade defendida pelos fascistas é aplicada não no sentido de compreender e conviver com diferenças, mas na razão específica de dividir. No ideário fascista o conceito mítico e purista do passado sofreu rupturas por falsas interpretações oriundas das interações entre culturas diferenciadas no transcorrer da história. No presente, se faz obrigatório o resgate de glórias pretéritas associadas a valores raciais, culturais e religiosos puros e família tradicional. Neste, guerreiros patriotas lutavam pela nação enquanto, em casa, esposas zelosas cuidavam da prole.

6.1. Fascismo na educação da juventude

Uma mudança social de caráter amplo ocorre em longo prazo pela essência evolutiva da assimilação consensual. Mudanças são válidas, porém, em seus estágios primordiais toda transformação é refém de objeções, principalmente para a população mais idosa.

Pessoas adultas vivenciaram inúmeras situações durante a existência e, ao atingirem certo *status* no meio onde exercem cidadania, desejam estabilidade. De igual modo, o processo de formação da personalidade, gradual através dos anos, por si só, proporciona experiências, cujos resultados fornecem avisos de alerta psicológico e sociológico diante do novo.

João Paulo Nunes (1995: 171) adverte sobre as organizações oficiais de juventude como ferramenta fascista de controle social e de estruturação da hegemonia do regime a terem como objetivo enquadrar crianças e adolescentes em uma linha de raciocínio integrada a ideologia, originando consciências restritivas a quaisquer influências oposicionistas, além de cobranças sobre um posicionamento favorável ao regime.

A flexibilidade, naturalmente associada ao jovem, atua como fonte de inspiração ao despertar da carência em mudar. É justamente neste instante

que a proposta de se educar para estabelecer determinado ideal político encontra âncora à sua efetivação.

Ademir Valdir dos Santos (2015: 234-244) alerta que os processos educacionais e poder sempre se encontram conectados nos mais diversos períodos da história da humanidade, sendo a disseminação do conhecimento uma forma de se atingir os mais distintos exemplos de ação humana, particularmente quando se deseja incutir doutrinas e, com estas, modificar um *status quo* existente. Com tal propósito, na primeira metade do século XX, a educação e sua ferramenta básica, a escola, foi utilizada como instrumento de dominação a ter na influência formalizada a âncora de regimes totalitários na Europa e América Latina.

A concepção estratégica de uma escola como aparelho de disseminação ideológica, sobretudo quando alicerçada na visão nacionalista de origem remota, faz emergir a competência da instituição de ensino à manufatura e distribuição de meios instrucionais vinculados ao sistema político, atuando como meio de propaganda. Em prol da criação e veiculação maciça da cultura fascista, Vargas, Salazar, Franco e Mussolini não hesitaram em adotar práticas semelhantes. Assim, livros e cadernos didáticos representavam um modo bastante peculiar de fazer chegar a juventude a essência a ser popularizada do regime como coadjuvantes aos docentes Santos (2015: 234-244).

6.2. Modelo italiano

Conforme José Silvério Baia Horta (2009: 53), a proposta educacional do Partido Nacional Fascista se apresentava sem muita profundidade em sua filosofia de atuação, apenas deixando claro o papel do estado na escolha dos programas e dos professores no propósito de formatar moralmente e culturalmente os futuros soldados da nação. Para tanto, atrai intelectuais idealistas e fascistas à composição de um plano de âmbito globalizante, cooptando professores como peças estratégicas à nova ideia de educação, tendo como início a transformação do Fascio di Educazione Nazionale em Gruppo di Competenza per la Scuola, com nomeação de Giovanni Gentile para o Ministério da Instrução Pública em outubro de 1922.

Horta (2009: 64) destaca o discurso do *Duce* no Congresso Nacional do Partido Fascista em 1925, quando este apresenta, de modo entusiasta, a *Corporazione della Scuola*, entidade a unificar todas as associações de professores italianos:

Um outro motivo de alegria consiste em constatar, através da palavra dos oradores que me precederam e através da vossa manifestação, que a escola italiana se tornou fascista. [...] Assim sendo - e assim realmente é - o governo exige que a escola inspire-se nos ideais do fascismo, exige não apenas que a escola não seja hostil ao fascismo, mas também que ela não seja estranha ou agnóstica diante dele, exige que toda a escola, em todos os seus graus e em todas as disciplinas eduque a juventude italiana para compreender o fascismo, a renovar-se no fascismo, a viver do clima histórico criado pela revolução fascista (Horta 2009: 64)

Cristina Sousa da Rosa (2009: 2) alerta para a prática educacional fascista e na difusão das mensagens ideológicas a ter como foco as crianças sob a alegativa de doutrinadas, influenciarem no cotidiano da família e na própria sociedade como um todo.

Utilizadas como ferramentas de propaganda da cultura política do regime, associações de jovens têm a responsabilidade em formar um novo cidadão. No contexto citado, meninas são vocacionadas acerca de seus afazeres domésticos, relação com a maternidade e culto aos valores do sistema. Aos meninos, cabia a internalização do conceito de família, do ofício e da educação militar para compor as forças armadas, de prontidão para atender as necessidades do partido (Rosa 2009: 2).

6.3. Modelo português

Márcia Grilo (2011:199-200) esclarece que, na ascensão de Oliveira Salazar e o consequente estabelecimento do Estado Novo, ocorre uma reformulação do papel da educação no estabelecimento de comportamentos coletivos, contradizendo o fato de que ignorantes são turbas fáceis de serem conduzidas. Na verdade, a baixa consciência da população a deixava a mercê de influências socialistas a representar um perigo à nação portuguesa. Então, Instituições de ensino e alfabetização passam ao reconceito de excelentes meios de controle social, pois, utilizadas adequadamente a serviço da máquina governamental, atuam como instrumentos de doutrinação ideológica.

Na transformação de uma ferramenta de ação instrucional em objeto de transmissão de concepções dogmaticamente organizadas em favor de um projeto político, a escola passa a formar indivíduos submissos à ideologia fascista, em especial, no ufanismo nacional, exacerbada defesa de valores como a família e apologia à ótica cristã de valores morais, tudo cristalizado na trindade *Deus, Pátria e Família* (Grilo 2011: 199-200).

Em decreto de abril de 1932, Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução, deixa explicitada a forma como os livros de História de Portugal deverão ser elaborados:

"Até ao presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Se os autores dos compêndios de história são responsáveis pelos erros ou pelas verdades que defendem nos seus livros, o Estado é responsável pelo ensino que ministra nas suas escolas oficiais. Tudo neles deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo" (Torgal et al. *apud* Grilo 2011: 201).

A questão ideológica adquire *status* privilegiado à elaboração de um ideário nacional montado na grandeza histórica de Portugal. Um país se torna conquistador através de guerreiros imbatíveis e estes têm a faculdade de despertar no imaginário infantil a grandiosidade pelos feitos memoráveis e inabalável conceito de Pátria. A fé incorruptível em Deus e na cristandade conduziu Portugal a uma condição gloriosa na história da humanidade. (Grilo 2011: 202-203).

É importante destacar a relevância dos valores tradicionais do passado de glórias como impulsionadores do ideário nacionalista fincado na pátria como acolhedora de todos a zelar pelo bem estar comum. Heróis míticos capacitados a referenciar o que é o correto, encantam e fascinam as mentes da juventude e a fantasia traz de volta tempos memoráveis onde as boas virtudes decorrentes da sempre benéfica influência religiosa, leva os cidadãos a um estágio elevado de sociedade. Portugal é nação de histórico conquistador e seus filhos representam uma raça destemida e capacitada a grandes feitos.

6.4. Modelo do Estado Novo brasileiro

Ademir Valdir dos Santos (2012: 2-3) expõe o foco da ideologia do Estado Novo à configuração de uma suposta identidade cultural brasileira assentada sob a égide de uma nação unificada pela educação. Quaisquer formas de infiltração ideológica no sistema educacional seriam válidas, dando a escola um *status* estratégico na formatação de um novo cidadão patriota a contribuir na reconstrução do Brasil. A educação cívica da criança assume lugar de destaque.

Simon Schwartzman, Helena Bomeny & Vanda Costa (1984: 69)

demonstram a visão da educação formalizada no Estado Novo como agente de influência à constituição de uma sociedade original, desagregada de vícios e costumes. Então, em um projeto pedagógico de amplitude nacional, direcionado à juventude, fica evidente a ideia de mentes jovens serem mais facilmente seduzidas pela alternativa de terem à disposição programas focados na defesa de uma mobilidade social e plena participação no redesenhar dos destinos da nação.

O Estado Novo dedicou especial atenção ao nacionalismo e obrigatoriedade em originar uma consciência coletiva na qual o amor a pátria se destaca como indispensável à prática cívica. No processo educacional em seu estágio inicial, quando as pessoas ainda estão na formação básica, não deverão ser poupados esforços à doutrinação. Schwartzman *et al* (1984: 150) deixam evidente tal assertiva na expressão "na alma das crianças e dos jovens deverá ser formado o sentimento de que o Brasil é uma entidade sagrada, e que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela sua segurança, pelo seu engrandecimento e pela sua perpetuidade".

Getúlio Vargas via na educação dos jovens uma opção deveras factível à perenização da ideologia fascista do Estado Novo. Crianças, um dia se tornarão adultos, mas, até à maturidade, a educação tem a competência de promover o cidadão original, despido de defeitos e elevada consciência cívica alicerçada em valores morais.

6.5. Modelo do Franquismo

Maria Helena Capelato (2009: 120) destaca a real possibilidade do idealismo ardente se sobressair em instantes de instabilidade social, haja vista a descrença nas instituições instaladas, personificar momento oportuno ao surgimento de um salvador.

O estado fascista é cônscio da necessidade em formar cidadãos sintonizados no temor a Deus, idolatria à Pátria e ao chefe do Governo. Como crianças, personificam pessoas em estágios de moldagem da personalidade, ainda não externalizam posturas radicais, sejam de apoio ou rejeição. Este é o momento mais apropriado à preparação de mentes doutrinadas que, no futuro, ajuizarão as verdades do fascismo como incontestáveis (Capelato 2009: 120)

A educação a enfatizar os ideais católicos inspirados na visão comunitária do Cristo, certamente induz alguém ao civismo essencial a assimilação de uma doutrina a disseminar a necessidade de uma pátria onde a religião é

porto em mares caudalosos. Crianças têm nas escolas a fonte supridora das respostas fundamentais à compreensão do mundo. A inocência atrelada a imaturidade e a abertura ao novo constituem singular condição à introdução de saberes estabelecidos.

O Franquismo pregava que crianças, iguais a anjos, em virtude da pureza da infância, teriam a capacidade de resgatar os estágios iniciais da nação espanhola, cujos reis católicos tinham livrado o povo da impureza proveniente do pecado original. A pátria, desvirtuada por anarquistas, comunistas, liberais e socialistas, havia perdido o rumo da história, necessitando da energia positiva contida na criança, representante do futuro baseado no passado de glória reconstruída, restituiria os valores morais suficientes à edificação da nação sob a tutela da obediência, disciplina e sacrifício.

O ensino estaria focado no atendimento aos interesses nacionais, destacando o patriotismo e o ufanismo, cabendo aos educadores a tarefa de identificar possíveis manifestações oposicionistas a doutrina, forças armadas e ao povo espanhol. Nos conteúdos dos programas educativos o patriotismo é proeminente. O estado é posicionado como componente vital, sendo inconcebível quaisquer objeções à sua operacionalização. A unidade nacional é matéria inquestionável, haja vista concepções regionalistas e/ou separatistas representarem posturas antipatrióticas, merecedoras de correção. O catolicismo seria pedra angular no processo de eliminar da memória do povo a república laica (Capelato 2009: 125).

Guerreiros míticos e santos seriam eficientes e eficazes instrumentos de doutrinação, trazendo à tona os sentimentos de orgulho por uma nação de passado glorioso centrado no catolicismo. Era preciso retornar ao espírito religioso e heroico de um povo com antecedentes históricos tão valorosos.

Considerações finais

Populismo é a prova viva de como doutos da retórica a abranger competência verbal, gestual e postural, articulam e costuram alianças no objetivo de levar certas populações a enveredarem pela idolatria e culto a personalidade de um líder, não olvidando esforços para atender às suas reivindicações, sejam através de manifestações pacíficas e submissas ou de proposições radicais ancoradas no fundamentalismo. Na constatação de que o povo sempre necessita de uma mão a guiar seu destino, o fascismo encontra terreno fértil à sua existência na insatisfação comunitária provinda

do conviver de malfadadas experiências sociais, políticas e econômicas.

Segundo Pais (1999: 25-29), valores representam predileções a determinados conjuntos de matérias ou ideais aplicados ao comportamento individual e coletivo. São formas de representações aptas a proporcionar a segmentos populacionais uma autoimagem basilar à construção de uma personalidade específica. No âmbito da sociologia, a sociedade se divide em estratos com afinidades identitárias e compartilhamento de valores, dentre os quais se pode citar a juventude, cujas posturas radicalmente contraditórias aos costumes vigentes e tradições, a posiciona como geradora da mudança, significando ponto de apoio a introdução de *novas verdades*, além da competência destes em influir os adultos.

Transições etárias percorridas pelas pessoas no decorrer de sua existência e intercâmbio de informações provocam o desenvolvimento de uma personalidade na fase madura. Assim, o tido como autêntico em determinada etapa da vida, perde sentido em subsequente época. Neste continuum de progresso psicossocial alguns conceitos têm a capacidade de permanecer em elevado grau de validade, persistindo na mente como representações de elevada relevância e, atemporais se entrelaçam nos meios sociais, modificando concepções, hábitos e posturas (Pais 1999: 25-29).

Para sistemas políticos apoiados na retórica e instrução formalizada, a juventude se apresenta como mais acessível a mudanças via utilização de simbologias adaptadas ao seu estágio cultural. Em um ambiente de fraca rejeição, a educação básica serve como uma luva as proposições de engajamento coletivo à criação de uma nova ordem econômica, política e social.

A ideologia fascista, populista e apegada a tradições, defende uma sociedade moralista religiosa. Destaca a família judaico-cristã, culto à pátria e a Deus, sendo a nação o invólucro a substanciar os cidadãos à perpetuação da garantia do bem estar coletivo. O estado forte em conjunção com a religião funciona como anteparo à dissolução destes valores.

Crianças, um dia, se tornarão adultos. Mas, enquanto crescem têm a competência em influenciar os mais velhos, influindo na mudança evolucionária de um *status quo* vigente por uma realidade planejada. Investir na juventude é como jogar sementes em campo promissor.

O líder messiânico, salvador da pátria, é o guerreiro a dar a vida à edificação de uma pátria feliz. A juventude é sempre ávida por heróis, que, míticos em suas essências, são fortalecedores de uma forte unidade nacional. É apostar no presente para construir um futuro desejado.

Referências bibliográficas

Capelato, Maria Helena Rolim (2009): "Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil". In: *Revista Brasileira de História*. v. 29, nº 57, 117-143. São Paulo.

Carr, Edward Hallett (2001): *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais.* Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado, 2 ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Couto, Leonardo Diniz. (2012): "Características da democracia liberal: breves comentários". In: *Revista Redescrições* – Revista on line do GT de Pragmatismo, Ano 3, nº 3. Rio de Janeiro.

Corbella, Manel Risques (2015): "La Dictadura Franquista". In: *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, 170-197. Disponível em https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6464/pdf_29. Acesso em 18/01/2020.

Giardina, Andrea (2008): "Mito fascista da romanidade". In: *Estud. av.* [online]. vol.22, n.62, pp.55-76. ISSN 0103-4014. Internet. Disponível em http://dx.doi. org/10.1590/S0103-40142008000100005. Consultado em 18/01/2020.

Gomes, Sérgio Alexandre R. (2007): "As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista". In: *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. V-VI, 189-224. Porto.

Grecco, Gabriela de Lima (2016): "Falange Espanhola: da corte literária de José Antonio ao protagonismo do nacional catolicismo". In: *História e Cultura*, França, v. 5, nº 3, 98-118. Internet. Disponível em https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1999. Acesso em 21/01/2020.

Grilo, Márcia (2011): "História e Ideologia no Estado Novo". In: Promontória, ano 9, nº 9, 192-218. Disponível em https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7448. Acesso em 15/01/2020.

Hobbes, Thomas (2015): *Leviatã*: Ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil Editora Edipro. São Paulo.

Horta, José Silvério Baia (2009): "A educação na Itália fascista (1922-1945)". In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 19, 47-89. Brasil.

Gonçalo, Marcelo (2018): "Crítica da Razão Populista". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 117, 77. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/329437945_Critica_da_razao_populista. Acesso em 25/01/2020.

Mussolini, Benito Almicare Andrea (1933): *Discursos da Revolução*. Tradução de Francisco Morais. Coimbra Editora. Portugal.

Nunes, João Paulo Avelãs (1995): "As Organizações de Juventude do Estado Novo (1934-1949)". In: *Revista de História das Ideias*, v. 17.

Oliveira, Lúcia Lippi; Velloso, Mônica Pimenta; Gomes, Ângela Maria de

Castro (1982): Estado Novo: ideologia e poder. Rio Janeiro: Zahar Ed.

Pais, J. M. (1998): "Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução). In: *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, 17-58. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude". Internet. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282764074_Geracoes_e_Valores_na_Sociedade_Portuguesa_Contemporanea_Introducao. Acesso em 22/01/2020.

Patrício, Manuel Ferreira (2008): "A Identidade Nacional num Mundo Intercultura". In: Portugal: percursos de interculturalidade. coord. Artur Teodoro de Matos, Mário Ferreira Lages – 4 v. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). Lisboa. Internet. Disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4_PI_indice.pdf/5e88eaba-1a4f-44c0-b31b-dbb5205e8f37. Acesso em 20/01/2020.

Paxton, Robert 0. (2019): *Anatomía del fascismo*. Madrid: Capitán Swing Libros, Colección Ensayo.

Rodriguez, Jesús Sanchéz (2005): "El Franquismo". In: *Revista Rebelion*. Espanha. Internet. Disponível em http://www.rebelion.org/mostrar.php?tipo=5&id=Jes%FAs%20S%E1nchez%20Rodr%EDguez&inicio=100. Acesso em 21/01/2020.

Rosa, Cristina Souza (2009) "Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini". In: *Antíteses*, vol. 2, nº 4, 621-648. Brasil. Internet. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em 21/01/2020.

Said, Eduardo. (2017): *Cultura e Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Companhia do Bolso.

Santos, Ademir Valdir (2012): "Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937- 1945)". In: *Revista Portuguesa de Educação*, 25(1), 37-163. CIEd - Universidade do Minho. Portugal. Internet. Disponível em https://revistas.rcaap.pt/rpe/issue/view/226. Acesso em 21/01/2020.

----- (2015): Elementos de uma história do currículo: Relações Educação e Poder Sob Regime Totalitário No Brasil n na Itália. Revista e-Curriculum, vol. 13, núm. 2, abril-junho. pp. 232-251. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil. Internet. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/766/76639795004.pdf. Acesso em 14/02/2020.

Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena Maria Bousquet. & Costa, Vanda Maria Ribeiro (1984): *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Silva, Mariângela Benine Ramos (2008): "Ritos, rituais e cerimônias e suas implicações políticas nas organizações contemporâneas". In: *Revista NIC*—Universidade Estadual de Londrina. edição nº.0. Internet. Disponível em http://www.uel.br/revistas/nic/wwwroot/artigos/artigo_mostra.php?id=99. Acesso em 19/01/2020.

Souza, Ricardo Luiz (2004):" Populismo, mobilização e reforma". In: Revista

Sociedade e Cultura. v. 7 nº 2. Goiás. Internet. Disponível em https://www.revistas.ufg. br/fchf/issue/view/399. Acesso em 19/01/2020.

Stanley, Jason (2018): *Como Funciona o Fascismo*. Tradução Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM Editores.

Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando (1998): *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX: Da historiografia à memória histórica,* vol II. Lisboa: Temas e Debates.